

COSTURANDO IDENTIDADE: HISTÓRIAS DE TRABALHADORES E SEUS UNIFORMES DE TRABALHO

SEWING IDENTITY: STORIES OF WORKERS AND THEIR WORK UNIFORMS

Carla Santos da Silva ¹
Emerson Silva Meneses ²

RESUMO: Este artigo explora a complexa relação entre o uniforme de trabalho e a identidade social, com foco em indivíduos provenientes de grupos marginalizados social e economicamente. Por meio de uma breve revisão teórica e de entrevistas de história oral com três trabalhadores, buscamos compreender a ressignificação do uniforme como potencializador de identidade e narrativas de vida. Mostramos como o uniforme, para além de sua função prática e/ou de controle, pode se transformar, aos olhos de quem o usa, em um símbolo de ascensão e de ruptura com a invisibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Uniforme profissional; Ascensão social; Identidade social; História oral.

ABSTRACT: This article explores the complex relationship between work uniform and social identity, focusing on individuals from socially and economically marginalized groups. Through a brief theoretical review and oral history interviews with three workers, we sought to understand the resignification of the uniform as an enhancer of identity and life narratives. We show how the uniform, in addition to its practical and/or control function, can also become, in the eyes of those who wear it, a symbol of ascension and rupture with invisibility.

KEYWORDS: Work uniform; Social mobility; Social identity; Oral History.



10.23925/2176-4174.35.2025e72716

Recebido em: 26/07/25.

Aprovado em: 27/07/25.

Publicado em: 28/07/25.

¹ Graduada em Design de Moda pelo Centro Universitário Senac. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0268-2554> E-mail: carla.santos.silvas2@gmail.com

² Doutorado em Mudança Social e Participação Política (USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1788-5111> E-mail: emer.meneses@gmail.com

A vestimenta não se limita à sua função básica de propiciar proteção e conforto ao corpo. Ela vai muito além, atuando como poderoso marcador de posição social. Como argumenta a socióloga Diana Crane (1993), o vestuário sinaliza a posição dos indivíduos nas estruturas sociais, e a maneira como eles negociam as fronteiras de status. Rita de Cássia Pereira Farias (2011) complementa essa perspectiva, ressaltando que a visibilidade da roupa faz dela um classificador social onipresente.

Mas o que dizer a respeito da roupa de trabalho, em especial do uniforme imposto a trabalhadores em funções operacionais ou posições subalternas na pirâmide organizacional? Sobre esta classe de vestimenta, Crane (1993) examina como, no ambiente de trabalho, as distinções vestimentares desempenham um papel de controle, promovendo a manutenção da ordem e da hierarquia, permitindo que cada indivíduo compreenda o seu exato lugar na dinâmica organizacional. É a partir dessa reflexão que este artigo se desenvolve. Nossa pesquisa busca entender como se dão as relações afetivas e simbólicas que esses indivíduos estabelecem com seus uniformes de trabalho, para além da sua função de sujeição e controle. Trataremos especialmente de indivíduos para quem a posse de um uniforme de trabalho pode representar, socialmente, mais do que um mero signo de ocupação (Viana, 2017), um significativo marco de conquista e ascensão social.

A formação histórica e econômica do Brasil engendrou profundas desigualdades sociais, relegando grupos marginalizados a um histórico de informalidade e/ou exclusão do mercado de trabalho. Nesse contexto, o ato de poder vestir um uniforme de trabalho acaba associado a vivências que transcendem os limites físicos do local de trabalho e as funções originais do próprio uniforme. Poder portar um traje profissional pode ser uma valiosa oportunidade de reconhecimento social, e habilita a construção de uma narrativa em que o indivíduo se vê valorizado, ou ao menos percebido de maneira distinta por seu entorno social. A roupa de trabalho, ao ser conquistada, pode "curar feridas" de um corpo marcado pela exclusão, bem como honrar o legado daqueles que tiveram essa oportunidade negada mas contribuíram com seu esforço para que um familiar a conquistasse.

O acesso ao uniforme de trabalho, em suma, inaugura com frequência uma mudança da realidade percebida pelo indivíduo quanto à sua própria identidade e

posição social. É essa potencialidade transformadora do uniforme que nos propomos a examinar, e para tanto nos dedicamos a ouvir e registrar histórias de vida.

Para concretizar esse objetivo, o restante do trabalho se estrutura em três partes, além desta Introdução. A seção 1 tem a finalidade de situar a base conceitual da pesquisa, abordando a temática dos trajes de trabalho e da marginalização econômica no Brasil. A seção 2 apresenta entrevistas que realizamos com três trabalhadores/as, conduzidas com base no método da História Oral, a fim de explorar a relação deles/as com seus uniformes. Por fim vêm as Considerações Finais, apresentando as reflexões resultantes do estudo.

1. Roupas é memória

Peter Stallybrass (2008), em "O casaco de Marx", elucida como a roupa opera como uma moeda de troca social, carregada de significados simbólicos e memórias. Em paralelo, Crane (1993) destaca a função do vestuário como um indicador de posição social e negociador de status. Essa ideia será reforçada por Farias (2011), que enfatiza o papel da roupa como classificador social. Stallybrass além disso, se utiliza de relatos biográficos para demonstrar como a vestimenta pode evocar a presença mesmo diante da ausência física. Seus exemplos são focados na memória de entes queridos que, falecidos, são lembrados (e mantêm sua identidade) por meio de suas roupas.

Em comum a essas referências, está o reconhecimento da capacidade das roupas de conferir identidade. O que propomos aqui, é que essa ideia pode ser aplicada também à experiência de vestir um uniforme profissional, ainda que se trate de uma vestimenta imposta, sobre qual o indivíduo tem pouca agência ou capacidade de escolha. Em uma sociedade marcada pela marginalização econômica e social, a oportunidade de portar essa vestimenta pode marcar o fim de uma experiência pgressa de exclusão, e inaugurar uma nova narrativa pessoal.

Isso se dá com especial força no contexto brasileiro, onde a industrialização tardia e a longa história da escravidão moldaram um cenário de profunda marginalização, em que uma parcela significativa da população teve o acesso a um trabalho digno e formal historicamente negado. Como aponta Lélia González (2020), dado que a prioridade de indivíduos economicamente marginalizados é obter a sobrevivência familiar desde a infância, eles têm reduzido o seu acesso à educação e

portanto as chances de capacitação profissional e ascensão social, em um perverso círculo vicioso. É nesse contexto que nos voltamos a procurar compreender a relação afetiva, a memória e os sentimentos de pertencimento de pessoas marginalizadas economicamente ao terem a oportunidade de portar um uniforme de trabalho, um direito que é frequentemente negado por gerações.

Crane (1993) observa que, desde o século XIX, enquanto as roupas da moda, com potencial para elevar o capital social, são acessíveis principalmente aos estratos sociais médios e altos, o uso de uniformes – um instrumento de controle – era imposto principalmente à classe operária. No mesmo sentido, sem negar que em algumas situações específicas o uso de uniformes pode conferir prestígio, como no caso de médicos e militares, Rita Farias nota que a maioria dos uniformes de trabalho "está ligada ao signo da submissão" (Farias, 2010, p. 263). Esta análise nos faz indagar se essa vestimenta, para além dessa inegável simbologia, não pode também acarretar outras percepções relacionadas à identidade ou individualidade de quem que a porta.

Em outras palavras, nos indagamos se a ascensão social de indivíduos de grupos historicamente marginalizados, conquistada por meio do uso do uniforme, pode representar uma decolonização do seu significado. Nesse contexto, a perspectiva decolonial se manifesta na capacidade do sujeito de reapropriar essa vestimenta, transformando-a em um símbolo de suas conquistas e de ruptura com a invisibilidade histórica.

2. Ressignificação do uniforme: histórias de vida

Os três relatos a seguir provêm de pessoas de diferentes profissões, mas que têm em comum uma relação afetiva com seu uniforme de trabalho e histórias marcadas pela marginalização econômica e social.

Para ouvir esses colaboradores, nos inspiramos no método da História Oral, buscando exercitar a “prática da transformação do oral no escrito” de que falam Meihy e Holanda (2019, p. 133). O que apresentamos é um texto que, mantendo o sentido e as intenções do que foi falado, é destinado a ser lido “sem perder de vista o referencial guardado, seja nas formas de construção de frases ou no universo vocabular” (Meihy e Holanda, 2019, p. 135).

2.1. Márcio: “Acho que vem de longe essa coisa de uniforme”

Márcio Santos, residente da cidade de Guarulhos “há 42 anos no mesmo endereço”, está casado há 28 anos, é pai de três filhos, avô de uma neta, e é motorista de ônibus.

Ele conta que, aos 10 anos de idade, começou a trabalhar informalmente como ajudante de feirante, atividade que manteve até os 16 anos. Continuou trabalhando em diferentes funções no comércio de alimentos, com maior ou menor precariedade, até 2008 quando se tornou motorista de ônibus. Seu primeiro emprego como motorista foi em uma empresa de transporte urbano na cidade de Guarulhos. No entanto, ele nos conta:

Eu sempre senti que a minha área de motorista, seria rodoviário, porque eu gosto de trabalhar assim: engravatado. Gosto de usar meus broches, entendeu? Diferenciado! Que é o motorista rodoviário.

Há algum tempo ele realizou esse desejo, e hoje trabalha em uma empresa de ônibus rodoviários onde conseguiu ingressar por indicação de um amigo.

Seu uniforme, retratado na figura 1, é composto por três peças principais: camiseta branca com o logotipo da empresa no canto superior esquerdo, camisa social branca de manga curta, exigindo o uso de gravata, e calça social na cor azul marinho.

Figura 1: Uniforme de Márcio.



Fonte: fotos dos autores

Sentindo-se à vontade, Márcio nos conta com orgulho a sua relação com essas peças de roupa: da periodicidade da higienização até aspectos sentimentais, como a profissão de seu pai e o legado de sua relação com o uniforme de trabalho. Ele conta:

Ele [o pai] tinha uniforme também. Arrumadinho também: calça social, sapato. Ele nem precisava de calça social e sapato! Era só a camisa, mas ele sempre andava de calça social e de sapatinho.

Ao falar sobre o seu próprio uniforme, Márcio agradeceu às mulheres da família – mãe e esposa – por se encarregarem da higienização dele. Ao contar sua memória sobre os uniformes que marcaram sua trajetória profissional, comenta também sobre sua filha, e informa como ela também valoriza a relação com seu próprio uniforme de trabalho: “Acho que já vem de longe essa coisa de uniforme”.

2.2. Maria das Neves: "Se não fosse esse uniforme aqui, eu seria um nada."

“Meu nome é Maria das Neves, eu nasci na Bahia, Itaberaba, no interior da Bahia”. É assim que a segunda entrevistada se apresenta, e em seguida menciona o nome de suas três filhas: Aline, Carla e Taiane.

Ela inicia a conversa com a voz um pouco trêmula, o que inicialmente soou como nervosismo diante da entrevista. No decorrer da conversa, porém, foi perceptível que aquilo prenunciava a emoção com que falaria de sua roupa de trabalho.

Ao relatar sua trajetória de vida, ela relata períodos de extrema dificuldade. Muita coisa mudou, conta, quando conseguiu “entrar em uma firma” com a ajuda de uma colega. E complementa: “O meu sonho era entrar numa firma, porque eu achava que, no que eu entrasse numa firma, minha vida ia mudar”.

Maria trabalha no pátio de uma empresa de transporte urbano, fazendo a limpeza dos ônibus. Para ela, o uniforme simboliza a mudança que a conquista desse emprego formal representou em sua vida. Ela enxerga o uniforme para muito além do seu papel prático dentro da empresa; ele abrange também, simbolicamente, a nova condição que conquistou junto com ele. A roupa de trabalho é vista não somente como um equipamento de proteção individual (EPI), sendo “impregnada de memórias, sonhos e conquistas” (Farias, 2010, p. 268).

Ao se referir à oportunidade de trabalho registrado e uniformizado, primeira e única em sua vida até o momento, ela conta:

Até hoje, eu tô 18 anos na firma, eu honro o meu uniforme todos os dias, todos os dias. Porque o meu uniforme fez... eu vi a minha vida mudar, a vida das minhas filhas mudar.

Seu uniforme é composto por duas peças: uma camisa de brim industrial 100% algodão, com modelagem quadrada, contando com faixas refletivas nas mangas e na altura do abdômen, ombreiras e um bolso frontal com a logomarca da empresa, e uma calça no mesmo material, com reforços para proteção nos joelhos (figura 2).

Figura 2 - Uniforme de Maria das Neves.



Fonte: foto dos autores

Maria das Neves expressa seu amor pelo uniforme. Diz ser graças a ele que ela “leva as coisas pra casa” referindo-se ao sustento familiar. É por meio dele que “a gente se sente bem”, o que permite traçar um paralelo direto com o que Stallybrass afirma: “As roupas têm vida própria; elas são presenças materiais e, ao mesmo tempo, servem de código para outras presenças materiais e imateriais” (Stallybrass, 2008 p. 32).

Maria, como vemos, conhece bem as mudanças materiais que se viabilizaram a partir do ato de vestir o uniforme, como a possibilidade de levar alimento para casa. Contudo, as conquistas imateriais, mesmo que não tão evidentes, reverberam há 18 anos em sua vida e na de sua família, como ela mesma expressa: “Se não fosse esse uniforme aqui, eu seria um nada”.

2.3. Karina: “Meu uniforme é minha capa da Mulher Maravilha”

Karina Gandra, 48 anos, é a irmã do meio entre dois irmãos homens. Nascida em Araçatuba, interior de São Paulo, tem sua ascendência paterna paraguaia e materna nordestina. Ela relata que seus pais têm pouca instrução: “a mãe com pouca leitura e escrita e o pai com um pouco mais de letramento”.

Desde cedo, o uniforme se fez presente em sua vida, trazendo memórias de infância, como ela mesma conta:

Na escola... a gente veio de uma família muito humilde, então, para que as pessoas não tratassem a gente de um jeito diferente, ela [a mãe] sempre arrumava uma forma de vestir a gente falando: “olha, esse uniforme é a forma que você vai estar igual a todo mundo”. Então, eu cresci vendo isso.

A mãe de Karina sabia que poderia fazer da roupa – nesse contexto, do uniforme escolar – uma ferramenta para que os filhos não sofressem preconceito, dado seu contexto socioeconômico. Nos termos de Stallybrass, para “fugir de um presente insuportável – o presente da infância, por exemplo quando somos definidos pelo presente dos nossos pais.” (Stallybrass, 2008, p.35).

Karina iniciou sua trajetória profissional auxiliando no pequeno comércio dos pais, paralelamente aos estudos, e depois atuou como vendedora. Após o ensino médio, cursou Direito, mas não seguiu nessa área, retornando às vendas. Mais tarde, com o curso de datilografia, ingressou no setor corporativo, dedicando 26 anos ao trabalho em departamentos de Recursos Humanos. Foi durante esse período que decidiu cursar Psicologia, mesmo com os desafios da maternidade.

Após a graduação, ela decidiu migrar para a área clínica, conseguiu estabelecer-se e começou a atender. Relembrando a conversa que teve com a mãe no início de sua carreira na psicologia clínica, Karina conta: “O primeiro dia que eu entrei no consultório, ela tinha conseguido um jaleco bem simples... Ela olhou pra mim e falou assim: ‘É a sua capa da Mulher Maravilha’”.

Se por séculos o uniforme tem sido usado para disciplinar identidades (Crane, 1993), no caso de Karina é possível observar sua transformação: de um instrumento de invisibilidade, como o que ela usou no período escolar, tornou-se uma ferramenta de pertencimento e distinção em sua nova fase profissional.

No dia da entrevista, Karina trouxe um de seus jalecos (figura 3) e revelou ter uma relação especial com ele:

Este que eu trouxe, era o meu sonho, eu sabia que enquanto profissional, a hora que eu chegasse onde eu queria, eu queria ter dessa forma, com esse

corte, desse jeitinho, mas eu achava que não era o momento ainda. E eu me lembro que uma pessoa sabia disso e ela me entregou; ela me deu no dia do aniversário e na hora que eu abri, que eu olhei, eu olhava pra ela assim, e ela falava: “A profissional que você é, precisa, né? De um uniforme lindo” [...] E ele me protege, é como se quando eu tiro ele, eu volto a ser só a Karina, né?

Figura 3 - Uniforme de Karina



Fonte: foto dos autores

Considerações finais

Este artigo explorou a relação entre o uniforme de trabalho e a construção da identidade social, com foco nas experiências de indivíduos provenientes de grupos historicamente marginalizados no Brasil. Ao analisarmos o uniforme para além de sua função prática e de controle, discutimos como ele pode se transformar em um símbolo da ascensão social de quem o porta, e da ruptura com a invisibilidade imposta por desigualdades econômicas e sociais.

Por meio de uma breve revisão teórica e dos relatos dos trabalhadores entrevistados, evidenciamos o significado afetivo e a resignificação do uniforme como um marcador de presença e um potencializador de novas narrativas de vida. O uniforme, por vezes visto apenas como um símbolo de submissão, torna-se para

alguns um instrumento de empoderamento, "curando feridas" da exclusão e sinalizando um futuro de oportunidades.

As histórias de Márcio, Maria das Neves e Karina ilustram essa transformação. Para Márcio, o uniforme representa a realização de uma aspiração profissional e um símbolo de distinção. Para Maria das Neves, ele simboliza a mudança de vida e a possibilidade de proporcionar um futuro melhor para suas filhas. Para Karina, o jaleco se torna uma "capa da Mulher Maravilha", símbolo de poder e proteção em sua jornada profissional.

Ao apresentar essas experiências, este trabalho busca contribuir para uma compreensão mais profunda da complexa relação entre vestimenta, identidade e marginalização econômica no Brasil. O uniforme, nesse contexto, transcende sua função utilitária e se torna um elemento central na construção de novas narrativas de inclusão e pertencimento.

Referências

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Uniforme de trabalho e emancipação feminina. In: Bonadio, Maria Cláudia; Matos, Fátima (Org.) **História e cultura de moda**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 60-81

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Transubstanciação simbólica do uniforme de trabalho em signo de prestígio. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8, n. 2, 2010, p. 263-284.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2019.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. São Paulo: Autêntica, 2008.

VIANA, Fausto. **Uniformes**: identidade e comunicação visual. São Paulo: Senac, 2017.